REGISTRO DE NASCIMENTO – UMA ABORDAGEM DIFERENCIADA

Gessinaldo Santana
Promotor de Justiça

A questão a ser abordada trata-se do pedido judicial de registro de nascimento de pessoa acima de treze anos de idade, de acordo com o § 1º do Art. 46 da Lei nº 6.015, de 31.12.1973 – Lei que dispõe sobre os Registros Públicos. Impetrado judicialmente tal pedido, qual a postura que deve tomar o Ministério Público?

O acesso à Justiça, em regra, é difícil e quase inacessível para as pessoas pobres no sentido jurídico do termo. Em vários municípios, e não precisa distar em muito das Capitais brasileiras, os problemas são de diversas naturezas o que por si só representa um entrave.

Quando Cinthia Robert (2000, p. 9) aborda o tema “vítimas de não crimes” através da omissão estatal e aponta a dificuldade de acesso à Justiça das camadas populares, encetando a se vencer a tendência de vitimização desses excluídos, não é sem razão e sobre tal fato não se pode ignorar.

Tal requisito – acesso à Justiça - lembremos, trata-se de ordem dos Direitos Humanos e matéria do âmbito da Constituição Federal do Brasil. Mauro Cappelletti (1998, p. 12) passa a advertir que é o mais básico dos anseios e que não basta aclamar os direitos, mas garanti-los através de um sistema jurídico contemporâneo e igualitário.

O Art 1º da Constituição Federal (CF) elege como fundamentos da República a cidadania (inciso II) e a dignidade da pessoa humana (Inciso III), dentre os demais selecionados. No mesmo diapasão faz parte integrante dos objetivos fundamentais da República brasileira (Art. 3º) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (Inciso I) e promover o bem de todos... (inciso IV).

A forma de assegurar tais direitos vem através do Art. 5º CF: a) no Inciso LXXIV pela obrigatoriedade do Estado prestar assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem escassez de recursos; b) no Inciso LXXVI que prevê a gratuidade do registro de nascimento e da certidão de óbito e c) afiança a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, através do Inciso LXXVII.

É patente a preocupação do Constituinte a todos os brasileiros abranger, considerando a diversidade do povo, sem qualquer exceção. No entanto, na prática, não é o que se observa, quando vários candidatos a cidadãos são constrangidos no exercício de seus direitos, seja por um parecer jurídico contrário ao pedido, seja pela própria decisão judicial.

O que trouxe a Constituição Federal em seu bojo foram os princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Brasil é parte signatária da Declaração Universal dos Direitos Humanos e por se tornar verdade sabida na esfera jurídica, notório é que por vezes se peca no cometimento de equívocos a respeito dos princípios basilares nela construídos.

Diversos são os direitos fundamentais garantidos na Declaração Universal e correlatos como: a obrigatoriedade de toda pessoa ser reconhecida como tal em todos os lugares e perante a lei (Art. 6º); a igualdade de todos perante a lei sem qualquer distinção e proteção sobre qualquer tipo de discriminação (Art. 7º); receber do Judiciário o remédio efetivo contra os atos que violem direitos fundamentais (Art. 8º); **o direito a uma nacionalidade para toda pessoa e a não privação arbitrária de nacionalidade (Art. 15)** e, finalmente, toda pessoa tem direito de acesso ao serviço público de seu país.

Há de convir que a Lei que dispõe sobre os Registros Públicos, foi lacônica em ponto fundamental como a proibição de negativa do documento sem fundamentação sólida. Teria, por dever, incluir obrigações da qual o Brasil não pode se omitir, já que adotou a causa.

A Lei de Registros Públicos merece uma emenda para fazer remissão à Declaração Universal dos Direitos Humanos a partir do Art. 29 – “Título II – DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS”, firmando que **O REGISTRO NÃO PODE SER NEGADO**, sob pena de decidir-se ao arpejo do direito fundamental referente aos Direitos Humanos.

O processo mais importante é aquele em que leva ao Judiciário pretensão da qual cada um de nós é o interessado. E não é diferente com o Registro Civil de Nascimento, considerado o documento fundamental da cidadania, pela qual a pessoa humana passa a existir e a obter seus direitos.

Vencida a primeira limitação do acesso à Justiça e, impetrada a ação respectiva com pedido para expedir Certidão de Nascimento de pessoa maior de 13 (treze) anos de idade. O Promotor de Justiça pede diversas diligências e todas restam infrutíferas para obtenção de documentação que possa funcionar como indício de prova. E tal exemplo é mais comum do que se possa imaginar.

Não é possível informar, porque o Cartório do município onde o registrando nasceu pegou fogo ou a busca dos livros restou estéril, segue Certidão Negativa. Na Igreja oficiada nada consta. As testemunhas conhecem o requerente há pouco tempo, não sabendo informar a sua origem e seus pais e parentes próximos não se conhece seus paradeiros.

E nesses casos das diligências que não obtiveram êxito a interpretação neste caso é “a contrario sensu”, ou seja, se não provado qualquer dado que desqualifique a Inicial é porque o requerente fala a verdade. Aqui não se invoca “princípio da verdade real”, ínsito do Processo Penal, mas em “cidadania” e “Direitos da Pessoa Humana”.

Vistas ao Ministério Público para manifestação final. Pode o Promotor de Justiça manifestar-se pelo indeferimento do pedido?

Há que se ponderar entre o princípio basilar dos Direitos Humanos e a *soi-disant* falta de provas.

Em breve referência, segundo Ricardo Lobo Torres (2002, p. 424), que se faz do **princípio da ponderação** consiste em que o cumprimento de um princípio depende da importância do outro.

Os Direitos Humanos é de cunho irrenunciável. Cada pessoa é, de per si, a própria Humanidade ali representada.

Não pode a pessoa humana ficar órfã de nacionalidade, quando ela está requerendo tal direito.

Ao manifestar-se pelo indeferimento, pela negativa de cidadania, o Ministério Público estará avalizando a inconsistência dos direitos fundamentais expressos constitucionalmente e não é só. Temos a convicção que não pode o “Parquet” contrariar sua função Ministerial ao arrepio do Art. 127 da Constituição Federal que prevê a defesa, pelo Órgão Ministerial, da “ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

E outras razões também relevantes. Em cada parecer negativo em cada sentença que obsta a cidadania, o Brasil entra para as estatísticas negativas da Organização das Nações Unidas como “o país dos sem Certidão de Nascimento”, sem cidadania, característica do “mundo de terceira categoria”, adicionando mais um número na estatística do “cidadão de terceira”.

Outra pergunta se faz presente: É **razoável** o indeferimento do pedido?

Creemos que não. Inclusive tal exemplo concreto preenche todos os requisitos do “logos do razoável” visto em Torres (idem, p. 428), inclusive “os fins e a realidade social concreta e os fins e os meios”.

Numa breve incursão em alguns setores do Direito pode-se verificar que se o interessado declarar e subscrever tem-se como verdadeiro como, p. ex., na declaração de pobreza, na declaração de residência e, mais se faz presente perante o Judiciário. Não há interesse, salvo comprovada má fé, do interessado vir à Juízo ludibriar.

A **razoabilidade** também é encontrada no artigo 5º da Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942) que dispõe que o juiz acatará aos fins sociais na aplicação das leis.

Por fim, há que se chamar a atenção da importância do § 3º do Art. 46 da Lei de Registros Públicos: “O juiz somente deverá exigir justificação ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração”.

A interpretação a ser dada é que pedido de diligências pode ser considerada como protelatória.

Está aí, pois como emitir parecer sério e fundado. Não há que se impor interpretação diferenciada, quando percebemos as pautas lotadas de audiências para justificação judicial para obter-se Registro de Nascimento.

Ao deferir-se o pedido naquelas condições citadas, não se versa de decidir sem provas. A prova é a própria pessoa existente e sem registro. E qual o princípio, norma, regra, ou direito que foi ultrajado ao ser deferido o pedido? Nenhum. Pelo contrário. No indeferimento estará se decidindo ao arrepio dos princípios Constitucionais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** . 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen G. Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1998.

Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ROBERT, Cinthia; SÉGUIN Elida. **Direitos Humanos Acesso à Justiça: Um olhar da Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

TORRES, Ricardo Lobo. **A legitimação dos direitos humanos e os princípios da ponderação e da razoabilidade** . In Legitimação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 397-450.

Autor

Gessinaldo Santana

E-mail: gessinaldo@mp.pa.gov.br

Sobre o texto

Elaborado em setembro de 2005.

Como citar este artigo

SANTANA, Gessinaldo. Registro de Nascimento – Uma Abordagem Diferenciada. Site do CAO CIDADANIA , Belém, PA, 2006. Disponível em:

http://www.mp.pa.gov.br/caocidadania/links/areasdeatuacao/direitos/doutrina/registro_nascimento_abordagem_diferenciada.html